



CNU

Bloco 8 - Nível Intermediário

LÍNGUA PORTUGUESA

| | |
|--|----|
| Compreensão de textos. | 1 |
| A organização textual dos vários modos de organização discursiva. | 7 |
| Coerência e coesão..... | 18 |
| Ortografia. | 20 |
| Classe, estrutura, formação e significação de vocábulos. | 21 |
| Derivação e composição. | 40 |
| A oração e seus termos. A estruturação do período | 40 |
| As classes de palavras: aspectos morfológicos, sintáticos e estilísticos | 45 |
| Linguagem figurada..... | 45 |
| Pontuação | 45 |
| Exercícios..... | 49 |
| Gabarito..... | 67 |

NOÇÕES DE DIREITO

| | |
|---|-----|
| I – DIREITO E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: Direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania; garantias constitucionais individuais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos..... | 1 |
| II – A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: Administração pública (artigos de 37 a 41, da Constituição Federal de 1988) | 19 |
| III - Direito administrativo: conceito, fontes e princípios | 28 |
| Organização administrativa da União; administração direta e indireta | 33 |
| Agentes públicos: poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos; Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/1990 e suas alterações): provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens; regime disciplinar; responsabilidade civil, criminal e administrativa..... | 39 |
| Poderes administrativos: poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder | 108 |
| Ato administrativo: validade, eficácia; atributos; extinção, desfazimento e sanatória; classificação, espécies e exteriorização; vinculação e discricionariedade | 118 |
| Serviços Públicos: conceito, classificação, regulamentação e controle; delegação: concessão, permissão, autorização | 135 |

SUMÁRIO



| | |
|---|-----|
| Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado. Sanções aplicáveis aos atos de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992 e suas alterações)..... | 152 |
| Lei do Processo Administrativo (Lei nº 9.784/1999 e suas alterações)..... | 185 |
| Exercícios..... | 201 |
| Gabarito..... | 206 |

MATEMÁTICA

| | |
|--|-----|
| Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais e reais; múltiplos, divisores, números primos..... | 1 |
| potências e raízes..... | 24 |
| Sistemas de Unidades de Medidas: comprimento, área, volume, massa e tempo..... | 28 |
| Razão e proporção: regra de três simples e regra de três composta..... | 34 |
| porcentagem..... | 42 |
| juros simples e juros compostos..... | 44 |
| Equação do 1º grau, equação do 2º grau, sistemas de equações; equações exponenciais e logarítmicas..... | 47 |
| Funções: afins, quadráticas, exponenciais, logarítmicas..... | 59 |
| Progressões aritméticas e geométricas..... | 72 |
| Análise combinatória: princípio fundamental da contagem, permutação, arranjo e combinação. Probabilidade..... | 76 |
| Estatística básica: leitura e interpretação de dados representados em tabelas e gráficos..... | 82 |
| medidas de tendência central (média, mediana, moda..... | 87 |
| Geometria plana: polígonos, circunferência, círculo, teorema de Pitágoras, trigonometria no triângulo retângulo; perímetros e áreas..... | 90 |
| Geometria espacial: prisma, pirâmide, cilindro, cone e esfera; áreas e volumes..... | 94 |
| Exercícios..... | 97 |
| Gabarito..... | 105 |

REALIDADE BRASILEIRA

| | |
|--|----|
| Formação do Brasil contemporâneo: Da independência à República..... | 1 |
| Primeira República: elite agrária e a política da economia cafeeira..... | 3 |
| O Estado Getulista..... | 12 |
| Democracia e rupturas democráticas na segunda metade do século XX..... | 15 |
| A redemocratização e a busca pela estabilidade econômica..... | 19 |
| História dos negros no Brasil: luta antirracista, conquistas legais e desafios atuais..... | 20 |
| História dos povos indígenas do Brasil: luta por direitos e desafios atuais..... | 26 |

SUMÁRIO



| | |
|---|-----|
| Dinâmica social no Brasil: estratificação, desigualdade e exclusão social | 41 |
| Manifestações culturais, movimentos sociais e garantia de direitos das minorias | 47 |
| Desenvolvimento econômico, concentração da renda e riqueza | 50 |
| Desenvolvimento sustentável e meio ambiente | 78 |
| Biomassas brasileiras: uso racional, conservação e recuperação | 79 |
| Matriz energética: fontes renováveis e não renováveis | 89 |
| Mudança climática..... | 90 |
| Transição energética | 96 |
| População: estrutura, composição e dinâmica..... | 98 |
| Desenvolvimento urbano brasileiro: redes urbanas; metropolização; crescimento das cidades e problemas urbanos | 102 |
| Infraestrutura urbana e segregação socioespacial | 103 |
| Desenvolvimento rural brasileiro: estrutura e concentração fundiária; sistemas produtivos e relação de trabalho no campo..... | 104 |
| A inserção do Brasil no sistema internacional | 109 |
| Estado Democrático de Direito: a Constituição de 1988 e a afirmação da cidadania... | 124 |
| Exercícios | 126 |
| Gabarito..... | 134 |

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”



Distinção entre Direitos e Garantias Fundamentais

Pode-se dizer que os direitos fundamentais são os bens jurídicos em si mesmos considerados, de cunho declaratório, narrados no texto constitucional. Por sua vez, as garantias fundamentais são estabelecidas na mesma Constituição Federal como instrumento de proteção dos direitos fundamentais e, como tais, de cunho assecuratório.

Evolução dos Direitos e Garantias Fundamentais

– Direitos Fundamentais de Primeira Geração

Possuem as seguintes características:

- surgiram no final do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa, fase inaugural do constitucionalismo moderno, e dominaram todo o século XIX;
- ganharam relevo no contexto do Estado Liberal, em oposição ao Estado Absoluto;
- estão ligados ao ideal de liberdade;
- são direitos negativos, que exigem uma abstenção do Estado em favor das liberdades públicas;
- possuíam como destinatários os súditos como forma de proteção em face da ação opressora do Estado;
- são os direitos civis e políticos.

– Direitos Fundamentais de Segunda Geração

Possuem as seguintes características:

- surgiram no início do século XX;
- apareceram no contexto do Estado Social, em oposição ao Estado Liberal;
- estão ligados ao ideal de igualdade;
- são direitos positivos, que passaram a exigir uma atuação positiva do Estado;
- correspondem aos direitos sociais, culturais e econômicos.

– Direitos Fundamentais de Terceira Geração

Em um próximo momento histórico, foi despertada a preocupação com os bens jurídicos da coletividade, com os denominados interesses metaindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos), nascendo os direitos fundamentais de terceira geração.

| <u>Direitos Metaindividuais</u> | | |
|---------------------------------|-----------------|--|
| | <u>Natureza</u> | <u>Destinatários</u> |
| <u>Difusos</u> | Indivisível | Indeterminados |
| <u>Coletivos</u> | Indivisível | Determináveis ligados por uma relação jurídica |
| <u>Individuais Homogêneos</u> | Divisível | Determinados ligados por uma situação fática |

Os Direitos Fundamentais de Terceira Geração possuem as seguintes características:

- surgiram no século XX;
- estão ligados ao ideal de fraternidade (ou solidariedade), que deve nortear o convívio dos diferentes povos, em defesa dos bens da coletividade;

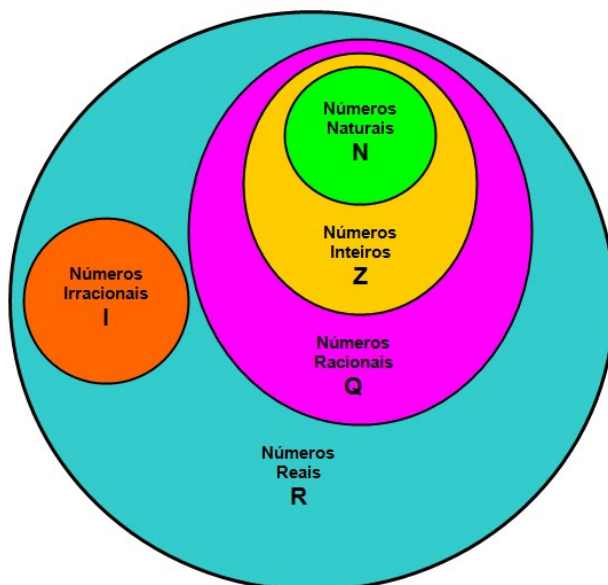


— Conjuntos Numéricos¹

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves $\{\}$. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.



— Conjunto dos Números Naturais (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e abrange os números que utilizamos para realizar contagem, incluindo o zero. Esse conjunto é infinito. Exemplo: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$

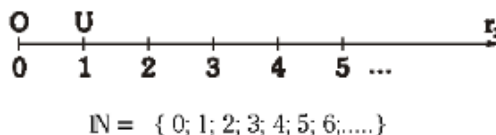
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $N^* = N - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais pares.

$N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais ímpares.

$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



¹ IEZZI, Gelson – Matemática - Volume Único



— [A Chegada da Família Real ao Brasil](#)

Em 1806, Portugal foi afetado pelo [Bloqueio Continental](#) da França contra a Inglaterra, que ocorreu graças à impossibilidade das tropas de Napoleão de anexar a Inglaterra por meios militares. Caso não aderisse ao Bloqueio, as tropas de Napoleão invadiriam o território português. Entretanto, Portugal decidiu não seguir esse caminho porque tinha fortes ligações comerciais com a Inglaterra¹.

Em novembro de 1807, dom João, príncipe regente de Portugal desde 1799 - a rainha dona Maria, sua mãe, sofria de distúrbios mentais -, diante da ameaça de invasão, decidiu transferir a família real e a Corte lusa para a colônia na América, deixando os súditos expostos ao ataque francês.

Os ingleses garantiram a proteção da mudança da monarquia para o Brasil. Nobres da Corte e familiares do príncipe recolheram às pressas tudo o que podiam carregar - joias, obras de arte, milhares de livros, móveis, roupas, baixelas de prata, animais domésticos, alimentos, etc. - e zarparam em 29 de novembro rumo ao Rio de Janeiro.

Além da família real e dos nobres, viajaram altos funcionários, magistrados, sacerdotes, militares de alta patente, etc. Estima-se que nos 36 navios viajaram entre 4,5 mil e 15 mil pessoas. Parte da esquadra, incluindo o navio ocupado por dom João, atracou em Salvador no dia 22 de janeiro de 1808, seguindo semanas depois para o Rio de Janeiro, onde já se encontrava o restante da frota, e lá chegando em 8 de março de 1808.

— [Sede do Governo Português](#)

Agora que boa parte da elite lusa encontrava-se em terras brasileiras, o desenvolvimento da colônia não poderia continuar cerceado. Como afirma a historiadora Maria Odila Silva Dias, pela primeira vez iria se configurar “nos trópicos portugueses preocupações de uma colônia de povoamento e não apenas de exploração ou de feitoria comercial”. Assim, seis dias depois de desembarcar em Salvador, o príncipe regente dom João decretou a [abertura dos portos brasileiros às nações amigas](#), ou seja, às nações com as quais Portugal mantinha relações diplomáticas amigáveis.

[O Governo de D. João no Brasil](#)

Dom João — cuja gestão é conhecida como governo joanino - adotou medidas que afetaram diretamente a vida econômica, política, administrativa e cultural do Brasil. No plano administrativo, dom João procurou reproduzir na colônia a estrutura burocrática do reino. Foram criados órgãos públicos, como o [Conselho de Estado](#) e o [Erário Régio](#) (que depois se tornou Ministério da Fazenda), que garantiam o funcionamento burocrático do Estado e proporcionavam emprego para muitos portugueses.

Ainda em 1808, foram criados o [Banco do Brasil](#), o [Real Hospital Militar](#) e o [Jardim Botânico](#). Dom João autorizou também o funcionamento de tipografias e a publicação de jornais. Com os livros da Biblioteca Real trazidos de Lisboa foi organizada a [Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro](#).

Para interligar a capital com as demais regiões da colônia e povoar o interior, o governo doou sesmarias e autorizou o Banco do Brasil a oferecer créditos aos colonos para que pudessem plantar e criar gado. Essa política de povoamento estimulou a imigração. Em 1815, um grupo de 45 colonos oriundo de Macau e Cantão, na China, estabeleceu-se na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1818, cerca de dois mil suíços fundaram Nova Friburgo, na província do Rio de Janeiro (as capitânicas passaram a se chamar províncias a partir de 1815). Na política externa, o governo joanino adotou uma linha de ação francamente expansionista, ocupando a Guiana Francesa, em 1809, e anexando a Banda Oriental (atual Uruguai), em 1816. Em 1818, dois anos após a morte da rainha dona Maria, o príncipe regente foi coroado rei com o título de dom João VI.

¹ Azevedo, Gislane. História: passado e presente / Gislane Azevedo, Reinaldo Seriacopi. 1ª ed. São Paulo. Ática.